

# O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Sessões da Comissão UnB.Futuro  
Volume 1



# O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

*Sessões da Comissão UnB.Futuro  
Volume 1*

# **UnB.**FUTURO

## O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A SOCIEDADE

Sessões da Comissão UnB.Futuro  
Volume 1



# O Futuro da Educação Superior e a Sociedade

Cristovam Buarque  
Mozart Neves Ramos  
Lauro Morhy  
Paulo Speller  
Adib Jatene  
Naomar de Almeida Filho  
Edward Madureira Brasil  
Pascal Smet  
Alvaro Toubes Prata

Jaime Martins de Santana, Isaac Roitman e Fernando Oliveira Paulino  
(Organizadores)  
Prefácio de Ivan Camargo

## **Comissão UnB.Futuro**

Integrantes: Adalgisa do Rosário, Aldo Paviani, Daniele Perdomo, Ellen Fensterseifer Woortmann, Fernanda Sobral, Fernando Oliveira Paulino, Fernando Molina, Geralda Dias Aparecida, Isaac Roitman, Jaime Santana, José Carlos Coutinho, Luis Humberto Miranda Martins Pereira, Marcos Formiga, Neuza Meller e Vladimir Carvalho.





Capa Cris Nascimento  
Diagramação Cris Nascimento  
Apoio Universidade de Brasília



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UnB**

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Faculdade de Comunicação, Brasília - DF,  
CEP: 70910-900, BRASIL

Telefone: +55 61 3107-6627

E-mail: fac.livros@gmail.com

**DIRETOR**

Fernando Oliveira Paulino

**VICE-DIRETORA**

Liziane Guazina

**CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO**

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e  
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)**

César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças  
(UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)**

Delia Covi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla  
(Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e  
Madalena Oliveira (Portugal).

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica

---

CDU: 378

O Futuro da Educação Superior e a Sociedade. Sessões da Comissão UnB.Futuro /  
Organização: Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino – 1. ed.  
– Brasília: FAC-UnB, 2016.

148p.; 23cm

ISBN 978-85-93078-08-8

1. Educação superior. 2. Universidade de Brasília. I. Título. II. Tema.

CDD: 353.8

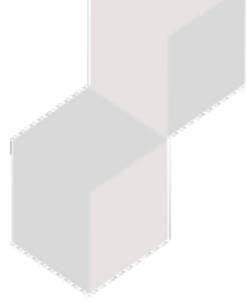
CDU: 378

DIREITOS DESTA EDIÇÃO CEDIDOS PARA A FAC-UnB. Permitida a reprodução total ou  
parcial, por qualquer meio desde que citada a fonte.

# Sumário

<b>Prefácio</b>	<b>11</b>
<i>UnB.Futuro: espaço para reflexão e formação</i> Ivan Camargo	
<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<i>A Comissão UnB.Futuro: diálogo entre universidade e sociedade</i> Jaime Martins de Santana; Isaac Roitman; Fernando Oliveira Paulino	
<b>Capítulo 1</b>	<b>19</b>
<i>O que é necessário fazer para que a universidade seja vanguarda no pensamento contemporâneo?</i> Cristovam Buarque	
<b>Capítulo 2</b>	<b>29</b>
<i>O Brasil que queremos e a universidade que precisamos</i> Mozart Neves Ramos	
<b>Capítulo 3</b>	<b>39</b>
<i>Autonomia universitária</i> Lauro Morhy Paulo Speller	

<b>Capítulo 4</b>	<b>61</b>
<i>A universidade e o futuro da Medicina</i>	
Adib Jatene	
<b>Capítulo 5</b>	<b>75</b>
<i>Anísio Teixeira e a nova Universidade Nova</i>	
Naomar de Almeida Filho	
<b>Capítulo 6</b>	<b>111</b>
<i>As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes</i>	
Edward Madureira Brasil	
<b>Capítulo 7</b>	<b>23</b>
<i>Internacionalização da universidade</i>	
Pascal Smet	
<b>Capítulo 8</b>	<b>135</b>
<i>A Inovação na universidade do século XXI</i>	
Alvaro Toubes Prata	



# As universidades federais e o desenvolvimento do país: potencialidades e fatores limitantes<sup>36</sup>

*Edward Madureira Brasil<sup>37</sup>*

Minha história na Universidade Federal de Goiás (UFG) teve início, como docente, em 1994. Graduei-me na UFG, fiz mestrado e passei oito anos na iniciativa privada, atuando na área de genética e melhoramento, em uma empresa do interior do estado. Voltei para a universidade para fazer o doutorado, prestei concurso e pedi demissão da empresa. Continuei na universidade e logo me envolvi com a administração, começando como coordenador de estágio. Fui coordenador de curso, depois diretor da faculdade. Em 2005, fui candidato a reitor e assumi a reitoria em 2006, exercendo dois mandatos.

---

<sup>36</sup> Sessão realizada em 15/10/2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Brasília.

<sup>37</sup> Engenheiro Agrônomo, professor universitário e ex-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) entre 2006 e 2014.

O convite para dar uma palestra na Comissão UnB.Futuro certamente decorre do avanço sem precedentes pelo qual passa a nossa instituição, ou seja, de universidade mediana há muito pouco tempo, a UFG se coloca hoje entre as principais instituições do país, em número de estudantes de graduação e pós-graduação, qualidade dos cursos, infraestrutura de pesquisa, internacionalização e inserção na sociedade. Com certeza a mudança veio da maturidade institucional, que ocorre a seu tempo, em qualquer instituição de Ensino Superior. Na UFG, particularmente, percebo que esse processo teve início a partir de grande investimento na qualificação dos seus quadros funcionais entre os anos de 1980 e 1990.

No entanto, talvez a diferença do crescimento da universidade, nos últimos anos, possa ser ilustrada por um indicador: em 2012, a editora Elsevier concedeu à universidade o reconhecimento de instituição brasileira que mais aumentou a produção científica no período de 2007 a 2011. Isso significa que a universidade está em franca ascensão na produção de conhecimento e pesquisa. A minha trajetória é exemplo do que vive a instituição. Eu sou aluno egresso do primeiro programa de doutorado da UFG, que começou em 1993. Hoje nós temos 30 programas de doutorado e chegamos aos primeiros com nota seis na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) em 2013.

Acreditamos que muito se deve à renovação iniciada ainda nos anos de 1990, mas também ao fato de trocarmos o não pelo sim. Ou seja, são tantas as restrições e as amarras enfrentadas no dia a dia pelos docentes para que a universidade realmente cumpra a sua missão, que tentamos motivar ao máximo as iniciativas durante os oito anos do reitorado. Isso é simbólico porque fez com que as pessoas ficassem motivadas ao encontrarem eco para os seus projetos e assim apresentassem mais e mais propostas. E foi dessa maneira, que a universidade conseguiu avançar, estimulando os docentes a produzir e a trabalhar muito.

O êxito na trajetória foi propiciado por um grupo muito jovem e muito disposto, e também pela sinalização positiva da gestão para os projetos, que favoreceu a consolidação de muitos grupos de pesqui-

sa, hoje com envergadura até internacional e o conseqüente fortalecimento dos programas de pós-graduação.

Ao salientar a importância das universidades federais para o desenvolvimento do país, com suas potencialidades e fatores limitantes, é preciso analisar o passado recente do sistema, perceber como ele está constituído e, principalmente, a melhor forma de explorá-lo. Partimos de um recorte temporal do sistema tomando como base o ano de 2005. Foi nesse ano que as primeiras políticas do governo se instalaram no país, o que marca muito bem a história das universidades antes e depois desse período. A partir de 2005, as universidades voltam a receber atenção do governo federal, após uma negligência de pelo menos 20 anos. Tais políticas foram iniciadas pelo governo Lula e tiveram continuidade no governo Dilma, o que deixa abertura para que possamos reivindicar mais avanços.

Essa história recente das universidades – hoje são 63 instituições federais – demonstra que a expansão anterior a 2005 não era definida como política, ocorria a partir de negociação com o Ministério da Educação (MEC), na qual as influências políticas definiam o que ia acontecer com a universidade. Assim, a universidade que tinha mais trânsito em Brasília, ou que tinha mais trânsito no MEC, ou a faculdade dentro da universidade que tinha mais articulações, acabava recebendo algum investimento. Não podemos desconhecer que houve investimentos nas universidades nesse período, mas não faziam parte de uma política, na qual as universidades tinham igual acesso. Por isso, existe uma assimetria gigantesca entre as instituições. Minas Gerais tem onze universidades federais e Goiás tem apenas uma, assim como muitos outros estados da federação.

Se compararmos qualquer indicador populacional, econômico, não há nenhum que explique essa diferença tão grande no tratamento das unidades da federação. Isso ocorria não só entre os estados, mas dentro dos estados e dentro das universidades, o que ocasionou um crescimento da universidade absolutamente sem parâmetros. Mesmo sem parecer mais pormenorizado, salta aos olhos que a distribuição de recursos não obedecia nenhum modelo. Outra característica desse sistema, embora aqui esse termo não seja adequado, é a

de ser composto por algumas instituições de Ensino Superior temáticas e outras generalistas.

Com a UFG não poderia ser diferente, é uma instituição generalista por ser a única no estado, mas instituições na área da saúde e na área das Ciências Agrárias eram muito comuns. A UFG é muito parecida com a UnB no que diz respeito a ser uma universidade generalista desde a sua origem, como deve ser uma universidade. O sistema também era constituído de instituições muito pequenas. Tínhamos muitas instituições com três mil ou quatro mil alunos, já emancipadas como universidades federais, mas a principal característica é que, antes de 2005, as universidades federais eram constituídas em sua grande maioria, para não dizer em sua quase totalidade, de um único *campus*. O sistema federal hoje é predominantemente *multicampi*, com raríssimas exceções, o que muda drasticamente a governança e a logística das instituições.

Outra característica é que, no período anterior a 2005, as universidades encolheram e se apresentaram muito pouco à sociedade. Elas não foram sequer muito provocadas. Continuamos com a pós-graduação, tivemos avanços importantes nesse período, mas a universidade estava mais preocupada com a sua defesa. Essa universidade não tinha protagonismo nas ações porque não tinha condições, não tinha quadros, não tinha recursos, não tinha como se apresentar.

O que ocorreu depois de 2005? Nós tivemos em um primeiro momento a expansão que chamamos de *Expansão 1*, que foi a interiorização das universidades. Interiorização no que diz respeito a ter *campus* fora da sede. E assim aconteceu com todas, ao ponto de algumas universidades – como a federal do Mato Grosso do Sul – implantarem onze *campi*, ou seja, além da sede, a UFMS tem outros dez *campi* no Mato Grosso do Sul. A UnB também tem *campus* fora da sede do Darcy Ribeiro. Foi uma interiorização muito forte das universidades. Esse ciclo de expansão foi em 2005, o segundo ciclo de expansão foi em 2007, que foi sem dúvida nenhuma o maior programa de expansão das universidades federais da história, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Nós temos que ressaltar o papel decisivo que a Associação Nacional

de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) teve nessa época, ao negociar com o governo o Reuni. De um decreto inicial à versão final do programa, a Andifes teve uma participação decisiva na definição dos parâmetros para essa expansão. Se não foram os que sonhávamos, pelo menos conseguimos avançar muito naquilo que era a proposta original do governo. Então nós tivemos uma expansão que aconteceu tanto na sede, quanto nos outros *campi*.

Em 2011, nós tivemos outra expansão, um pouco menor, que foi a expansão dos 47 *campi*, já no governo Dilma Rousseff, mais os cursos de Medicina. Então houve uma nova expansão, essa bem mais tímida que as anteriores. Com a diferença de que o Reuni foi uma política pública. As outras duas foram ainda nos moldes da negociação, nos moldes de políticas pensadas e formuladas dentro do Governo Federal, sem a participação ativa das universidades federais. Com isso, a maioria das instituições se tornou generalista, ou seja, tornaram-se universidades na completa acepção da palavra, com todas as áreas do conhecimento. A partir de então, as universidades passaram a ter porte considerável, acima de 10 mil estudantes, salvo algumas exceções.

A principal característica é que as universidades tornaram-se *multicampi*. Essa é uma realidade que não estávamos acostumados. Diferentemente das paulistas que já nasceram assim. A expansão tornou-se uma política pública, pelo menos em um momento da expansão, e esperamos que volte a ser. Estamos na “antessala” de novos tipos de expansão e almejamos que esse ciclo corrija os problemas que tivemos no Reuni e se consolidem enquanto políticas públicas.

Um fato que chama a atenção é que o interesse político passou a influenciar fortemente a definição dos locais dos *campi*. Passou a ser de grande interesse dos municípios terem um *campus* de uma universidade federal com todos os seus benefícios, professores, técnicos e alguns milhares de alunos, que movimentam a economia de qualquer município. Por isso, a disputa política para ter um *campus* de uma universidade é realmente muito grande. Em Goiás, nós temos 246 municípios e brevemente serão seis *campi*. Estamos implantando um em Cidade Ocidental e outro em Aparecida de Goiânia, que se

somarão aos de Catalão, Jataí, Cidade de Goiás e Goiânia. Os outros 240 municípios fazem fila e invariavelmente quase toda semana um prefeito visita a reitoria reivindicando um *campus* da UFG, como se essa fosse uma decisão autônoma do reitor, mas o que fica claro é o interesse pela educação e por tudo que um *campus* de universidade pode trazer de benefícios.

Mesmo simplificando alguns dos problemas da educação brasileira, consideramos que alguns incomodam mais e algumas das constatações acima merecem ser feitas. É fato que somente o sistema federal dobrou de tamanho nos últimos anos, mas mesmo com todo esse crescimento, o atendimento à população no Ensino Superior ainda é extremamente tímido. Os números do Censo de 2011 demonstram que a taxa de atendimento da população-alvo, que é a de 18 a 24 anos, não alcançava 20%. Quer dizer, para um país que tem o potencial e os recursos que tem o Brasil, é um número extremamente tímido. Tanto é que o Plano Nacional de Educação (PNE) sinaliza com 30% de matrículas nessa faixa etária. Para atingirmos essa meta teremos que fazer um esforço hercúleo que garanta o desenvolvimento do país. Lembrando que alguns países atendem de 60% a 70% dessa faixa etária.

Chegamos, então, ao ponto que mais compromete a educação brasileira. O estrangulamento absoluto no Ensino Médio. No Ensino Fundamental, mesmo discutindo a qualidade, já atendemos por volta de 97% da população. Na educação infantil, mesmo com números bem baixos, o serviço está sendo prestado, mas no Ensino Médio nós temos dois problemas gravíssimos. Além do desestímulo do jovem de frequentar o Ensino Médio, ou seja, pouco mais de 50% dos jovens aptos estão ingressando e desses, outra metade se perde durante a trajetória do Ensino Médio. Sendo assim, pensar o futuro do Brasil é pensar em como resolver o problema do Ensino Médio. Hoje temos dados chocantes. Mesmo com a taxa de escolarização do Ensino Superior tão baixa, na região metropolitana de Goiânia, temos mais vagas no Ensino Superior do que egressos do Ensino Médio. E essa é uma constatação que se repete na maioria das regiões brasileiras, ou seja, não há gente suficiente saindo do Ensino Médio para ocupar as vagas do Ensino Superior.

Outro fato que chama atenção, e que é decorrência disso, é a baixa procura pelas licenciaturas. A perspectiva de trabalho na educação básica, devido aos salários, é tão ruim que os alunos fogem das licenciaturas. A UFG tem vários cursos na capital e no interior, com um número de alunos muito abaixo do ofertado. Os reduzidos índices de formatura, principalmente, nas áreas mais “duras” – Química, Física e Matemática – demonstram uma taxa de sucesso baixa. Ou seja, além do ingresso ser baixo, a evasão é enorme nesses cursos. Mesmo considerando que as causas da evasão são variadas, a falta de perspectiva profissional é, sem dúvida, a principal delas.

Paralelamente ao que já salientamos, outra constatação pode ser feita, a de que temos uma expansão vigorosa do sistema federal, tanto das universidades federais, que hoje estão presentes em quase 300 municípios brasileiros, quanto dos Institutos Federais que agora assumem também uma responsabilidade na formação de licenciados, e em alguma medida, na formação dos nossos bacharéis. Temos um sistema que poderia dar suporte a uma demanda, desde que a demanda fosse ampliada por meio da educação básica.

Dos 22,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos, apenas 3,3 milhões estão matriculados no Ensino Superior. Em todo o sistema público e privado, essa é a taxa líquida de escolarização com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Censo de 2011. Aí começam a aparecer assimetrias gritantes. O Maranhão com apenas 6% dos jovens de 18 a 24 anos, o DF com 26%, mas ainda longe do que seria nos países mais desenvolvidos. Esse é o retrato do Brasil, ou seja, há uma assimetria muito forte entre as diferentes regiões e unidades federativas do país, e isso se reproduz claramente nos estados e entre os municípios.

É preciso salientar outra coisa: por mais que nos esforcemos, o setor público sozinho não conseguirá atingir a meta de 30% dos matriculados no Ensino Superior, porque não temos condição de bancar uma expansão dessa natureza. O sistema federal atende 15% da população atendida no país, ou seja, muito pouco.

Sendo assim, aparece claramente a nossa vocação, que é o nosso papel na pós-graduação, a preponderância do sistema federal nesse

nível de ensino. Essa afirmação é da Capes, com dados de 2010 e temos certeza de que essa situação vai se tornar cada vez mais evidente. Se pegarmos como base a UFG, em 2006 – quando tínhamos 28 programas de pós-graduação e hoje com 80 –, percebemos que o Reuni, além de trazer professores novos, para expandir a graduação, impactou fortemente na pós-graduação. O sistema contratou muito bem e acabamos atraindo para as universidades, com raríssimas exceções, excelentes quadros, que ao chegarem à universidade não se conformaram só com a graduação.

Os programas de pós-graduação aumentaram vertiginosamente no sistema federal. Dados da Capes de 2010 mostram o norte do país com mais de 90% dos programas de pós-graduação nas universidades federais, uma participação tímida das estaduais e quase a inexistência das privadas. Se olharmos outros estados, notamos que no Nordeste isso se reproduz praticamente da mesma forma. No Ceará e em Pernambuco, temos alguma participação das estaduais e das privadas. Se formos para o Sudeste, mais ou menos a mesma coisa, pelo menos em Minas Gerais e no Espírito Santo, uma participação das estaduais e privadas bastante pequena. No Rio de Janeiro, começa a aparecer a força da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em São Paulo a realidade é um pouco diferente. São Paulo é um estado que historicamente investiu muito pouco em universidades federais, ou seja, pleiteou muito pouco, até por ser muito bem atendido pelas paulistas com predominância dos programas de pós-graduação nas estaduais, e em função do poder aquisitivo da população, há uma participação maior das privadas. No Sul do país, as privadas aparecem com um pouco de força no Rio Grande do Sul e no restante percebemos a predominância absoluta das federais na oferta de pós-graduação. Essa é uma tarefa que pertence ao conjunto de Universidades Federais em mais ou menos 70% dos casos.

Por meio de um conjunto de dados da Capes, que mostra a evolução dos alunos de graduação, funções docentes, professores em tempo integral, professores de mestrado ou doutorado, alunos de mestrado ou doutorado nas universidades federais, percebemos que os programas de pós-graduação chegaram a todas as regiões do país

e aumentaram muito em quantidade com reflexos claros na produção científica. Em 2011, após a expansão, tínhamos quase 80 mil docentes no sistema todo, e se atualizarmos esses dados, para entendermos a força desse conjunto de universidades, já devemos estar próximos de cem mil docentes.

Esse é o esforço que temos feito de 1995 para cá. O Brasil chega a um número impressionante de sete milhões de matrículas na Educação Superior. Apesar de o número, para a grandeza do país, ser um número pequeno, quem tinha um milhão de matrículas há 20 anos, chegar a sete milhões significa que houve um esforço muito grande. As públicas representam 27% desse total e as federais 15%.

Eu vou fazer um pequeno parêntese sobre o que eu considero um ponto extremamente importante. Quando falamos da necessidade de continuar expandindo, entendemos que o sistema federal, para cumprir o seu papel de referência de qualidade para o Ensino Superior, deveria ter um percentual de matrículas entre 15% e 20% em relação ao total do país. O sistema cresceu, avançou em relação às privadas e às outras públicas. Na realidade, só as federais cresceram.

Na pós-graduação, os dados indicam 200 mil matrículas em mestrados e doutorados, uma bela marca para o país, a qual embora precise crescer, significa uma evolução muito grande. Desse número, 172 mil alunos estão nas públicas, sendo 56% desse total, ou seja, mais da metade nas federais. Até 2002, tínhamos 148 *campi*. De 2002 até 2011, foram criados 126, e em 2011, 47 superando o que existia no Brasil até 2002. Dobramos o número de municípios atendidos com *campus* de universidades federais. Se acrescentarmos a rede de institutos federais, eles saíram de 120 para algo em torno de 500 e continuam expandindo, o que também significa um crescimento muito vigoroso.

Percebemos então, que para o sistema das Universidades Federais, novos ciclos de expansão são imperativos. Precisamos continuar expandindo e acreditamos que agora temos uma perspectiva mais clara de expansão. Com a aprovação da legislação que trata dos *royalties* e do fundo social do Pré-Sal, podemos pensar de forma mais efetiva em novos ciclos de expansão.

As instituições federais serão necessariamente *multicampi*. Todos os *campi* de todas as universidades já nascem com a semente da independência, de se tornar uma universidade autônoma. No entanto, precisamos ser francos: o Brasil não vai criar 300 Universidades Federais, como são os *campi* que temos hoje. Além de não comportar, o sistema *multicampi* dá certo e funciona. As universidades serão grandes, cada vez maiores, com limite de crescimento que não sabemos exatamente qual é. Concordamos com o professor Clélio Campolina, ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando ele afirma que “não tem universidade de excelência muito grande”. Ele fala claramente que a UFMG não quer mais abrir *campus*, nem abrir mais cursos de graduação. A expansão agora é na pós-graduação e o tamanho da UFMG deve ser em torno de 50 mil estudantes, entre graduação e pós. Acreditamos que esse seja um número administrável. A UnB tem 40 mil, a UFG pouco mais de 30 mil contando graduação e pós. Todos os indicadores demonstram que as universidades cresceram muito.

Cada vez mais as universidades serão submetidas às comparações internacionais e acreditamos que isso não seja ruim. O sistema tem que ter parâmetro de referência. O financiamento se dará com base na eficiência do sistema, o que também não pode ser diferente. Anteriormente, quando falamos da ausência de políticas públicas, da criação de universidades ou de cursos baseada em relações pessoais, o Brasil acabou desperdiçando muito recurso. Por isso, o financiamento tem que ter parâmetros de eficiência, mesmo que seja difícil medir eficiência e qualidade das universidades. A Andifes deu um bom exemplo para o sistema quando desenvolveu as matrizes de alocação de recursos, que ainda estão sendo aprimoradas e que vão permitir mais clareza para esses processos.

Ao lembrarmos os parâmetros internacionais, devemos salientar o programa *Ciências sem Fronteiras* que foi a grande política pública para as universidades do governo Dilma e que consideramos isso decisivo para o futuro do nosso país. Contudo, é preciso que as instituições estejam preparadas para lidar com essa nova realidade e aproveitando os conteúdos cursados pelos estudantes no exterior.

Precisamos ser menos conservadores e orientar os gestores a serem mais maleáveis com a análise dos currículos.

As universidades estão sendo chamadas pela sociedade e temos que estar muito atentos a esse chamamento, para cumprir novas funções. Formar trabalhadores, formar profissionais para o país é a nossa principal função, a nossa razão de existir. Contudo, também é nossa função produzir conhecimento e formar recursos humanos para as outras instituições que vão ter sua qualidade melhorada a partir de quando a nossa pós-graduação formar esses novos quadros. A UFG tem um quadro de aproximadamente 2.500 professores, sendo 2.000 doutores. O estado de Goiás inteiro não tem 4.000 doutores, ou seja, nós temos uma capacidade intelectual instalada sem precedentes. Não há nada parecido no estado de Goiás com a Universidade Federal de Goiás, e temos certeza que isso pode ser dito da UnB em relação ao DF, e também em outros estados, ou seja, nós temos uma capacidade intelectual extraordinária. Outro fator que nós temos de sobra chama-se credibilidade. A credibilidade que uma universidade federal tem em qualquer espaço da sociedade. Dessa força intelectual vem também a independência de criticar.

Recentemente, uma comissão, nomeada pelo Conselho Universitário, questionou o Plano Diretor de Goiânia, o que deu subsídio para o Ministério Público entrar com uma ação que derrubou a proposta na Justiça e, mesmo assim, continuamos mantendo uma relação sadia, profícua e ativa com a prefeitura, com o governo do estado e assim por diante. Ou seja, a universidade é um agente transformador do estado e do país e nós temos que ter essa consciência. Fazemos essa afirmação sem arrogância ou prepotência, mas pensando, estrategicamente, porque passamos 20 anos a pão e água nos governos anteriores, conquistamos 10 anos de tratamento relativamente mais adequado e mais condizente com o papel que temos. Agora, enquanto não formos percebidos por uma política de Estado, não teremos vida longa o suficiente para continuar fazendo o que podemos fazer pelo país. Quando falamos de novas funções para a universidade, falamos de intensificar o relacionamento com a sociedade também por meio da extensão, ainda muito esquecida no

dia a dia das universidades. Com o reconhecimento da sociedade, seremos fortes e teremos o tratamento merecido pelos governos e estaremos sempre prontos para responder com competência, independência e credibilidade.

Finalizando, lembramos o principal anseio das universidades, ou melhor, do sistema todo, a autonomia. Felizmente, nesse momento, encontramos disposição política do Ministério da Educação para encaminhar uma proposta de Lei Orgânica, passo importante na direção da tão sonhada autonomia universitária. Na Andifes, aprendemos que a autonomia não se conquista por decreto, isto é, o que queremos afirmar é que a autonomia só virá quando a sociedade perceber a importância das universidades para o desenvolvimento do país, ou seja, a partir do momento em que todos os atores sociais assimilem essa importância de maneira natural. Até que isso ocorra, talvez a Lei Orgânica seja um fator determinante no processo de conquista dessa autonomia.



